

# 3. NOVO PACTO FEDERATIVO PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Um dos obstáculos ao avanço dos direitos sociais é a crise fiscal dos Estados e Municípios, em parte decorrente dos atos preparatórios do golpe de 2016, iniciados logo após as eleições de 2014. A recessão econômica, transformada em depressão pela crise política patrocinada pelos golpistas, acarretou uma perda de receita expressiva dos entes federados, interrompendo um ciclo virtuoso que dava consequência tanto aos mandamentos constitucionais quanto aos direitos sociais.

O acesso à educação, saúde, cultura, entre outros, foi ampliado em praticamente todo o período dos governos Lula e Dilma. Contrariamente, desde o impeachment sem crime de responsabilidade, os direitos sociais vêm sendo suprimidos, com graves consequências para a qualidade de vida da população mais pobre. A ortodoxia fiscal permanente com o teto de gastos declinante, estabelecido pela EC nº. 95, é apenas um dos elementos a ser considerado. A realocação dos exíguos recursos públicos em desfavor dos mais pobres, o descaso com a situação dos entes federados e a falta de iniciativas que melhorem o desempenho da máquina pública precisam também ser abordados para explicar o quadro de absoluto desmonte do Estado social brasileiro.

**A federação brasileira é muito desigual.** Há disparidades no desenvolvimento das regiões e dos municípios, além das diferenças em relação à densidade demográfica, indicadores sociais e arrecadação tributária. Sem a retomada de políticas públicas orientadas para a redução das assimetrias regionais e sem uma repactuação federativa em que a União amplie sua participação, dificilmente haverá melhorias no curto prazo em diversas áreas de atuação. Nesse contexto, o Brasil precisa fazer o debate sobre a Lei Kandir.

O novo governo Lula investirá no fortalecimento da **cooperação e colaboração federativa**, como os consórcios públicos, entre outras ferramentas, e no desenvolvimento institucional de Estados e Municípios. Implantará também um arrojado programa de assistência técnica para qualificação e o **aumento de capacidades técnicas e de gestão desses entes**. Ademais, implementará um **novo modelo de gestão e de delegação de recursos financeiros** para Estados e Municípios, que considere suas limitações institucionais, simplificando os procedimentos de repasses e de prestação de contas. O diálogo federativo e o aperfeiçoamento institucional dos entes têm um objetivo muito claro: assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade para o povo.

## 3.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DO PAÍS

**A Educação é um direito humano fundamental** e um dos principais meios de acesso à cultura, além de um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social. Por isso, os governos **Lula e Dilma priorizaram os investimentos em educação, da creche à pós-graduação**, por meio da adoção de uma série de políticas públicas integradas, complementares e articuladas.

Lula e Dilma ampliaram em 206% o orçamento real do MEC, criaram o FUNDEB e o Piso Salarial Nacional do Magistério e expandiram a escolarização obrigatória (dos 4 aos 17 anos). As matrículas em creches quase triplicaram (de 1,23 milhão de matrículas, em 2003, para mais de 3,04 milhões em 2015) e o acesso à

pré-escola foi praticamente universalizado. A qualidade da educação melhorou: as metas do IDEB foram atingidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e avançaram nos anos finais. Investiu-se fortemente na educação do campo, indígena e quilombola. A educação inclusiva para as pessoas com deficiência também teve avanços significativos, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão. O programa Mais Educação ampliou o acesso à educação integral. O PRONATEC assegurou cursos técnicos e formação profissional para mais de 9,4 milhões de jovens.

Foram criadas 18 universidades, 173 campi e centenas de unidades dos Institutos Federais de Educação. As matrículas na educação superior saltaram de 3,4 milhões em 2002 para 8,1 milhão em 2015. A Lei de Cotas está democratizando a educação superior, enfrentando os grandes desafios das desigualdades sociais e da discriminação racial e assegurando políticas de acesso favorecido aos estudantes da escola pública, com recortes para as famílias de baixa renda, negros e indígenas; permitiu que a filha da trabalhadora realizasse o sonho de virar doutora, ao aumentar em 286% a presença de estudantes negros nas universidades brasileiras. O PROUNI, o FIES, o ENEM, o SISU incluíram milhões de jovens e ampliaram suas oportunidades.

O PNE (2014-2024) sintetizou os desafios, reunindo metas a serem perseguidas pelo Estado e pela sociedade na década seguinte. O golpe de 2016, no entanto, interrompeu um ciclo virtuoso de investimentos e abriu caminho para o desmonte da educação pública.

O próximo governo **Lula devolverá à educação prioridade estratégica**, orientando-se pelas seguintes diretrizes:

- a) Forte atuação na formação dos educadores e na gestão pedagógica da educação básica, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral;
- b) Concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação;
- c) Institucionalização do Sistema Nacional de Educação, instituindo instâncias de negociação interfederativa; criação de política de apoio à melhoria da qualidade da gestão em todos os níveis e aperfeiçoamento do SAEB;
- d) Criação de novo padrão de financiamento, visando progressivamente investir 10% do PIB em educação, conforme a meta 20 do PNE; implementação do Custo-Aluno-Qualidade (QAQ) e institucionalização do novo FUNDEB, de caráter permanente, com aumento da complementação da União; retomada dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal;
- e) Fortalecimento da gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis.

Na **educação infantil**, na perspectiva da educação integral, Lula retomará intensamente a colaboração com municípios para **ampliação com qualidade das vagas em creches**, além de fortalecer as políticas voltadas para a pré-escola.

No **ensino fundamental**, serão realizados fortes ajustes na Base Nacional Comum Curricular, em diálogo com a sociedade, para retirar as imposições obscurantistas e alinhá-la às Diretrizes Nacionais Curriculares e ao PNE. O novo governo vai implementar uma **forte política nacional de alfabetização**, no âmbito do ensino fundamental, nos termos do PNE, em colaboração com Estados e Municípios, reconhecendo as diferentes necessidades dos educandos em cada lugar. Atenção especial será dada à valorização e à formação dos professores e professoras alfabetizadoras. Esse esforço envolverá também o fortalecimento do PIBID, voltado aos estudantes universitários de pedagogia e licenciatura, para oferecer experiência docente nas escolas públicas, com ênfase especial no reforço ao processo de alfabetização das crianças. **A meta é garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola e que aprendam**. Outra meta é assegurar que todas as crianças apresentem as habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, assim como os conhecimentos necessários no campo das ciências naturais e ciências humanas até os 8 anos ou até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Lula também vai promover a **inclusão digital e tecnológica das crianças brasileiras**, introduzindo,

desde o primeiro ano do ensino fundamental, com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais.

A transformação das escolas em ambientes de criação e desenvolvimento da curiosidade cria melhores condições de aprendizagem. Por isso, investirá na **ampliação da oferta de educação de tempo integral**, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Será dado novo tratamento à **Educação de Jovens e Adultos – EJA**, retomando a centralidade das ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas e retomando as políticas de assistência estudantil que possibilitam a conclusão dos estudos, a partir do ProJovem e do MOVA-Brasil como referências. Lula também **consolidará a política de educação especial na perspectiva inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino**.

Aproximadamente 25% dos professores que atuam na educação básica não possuem licenciatura específica para as disciplinas que lecionam. Essa realidade precisa ser superada. Para isso, Lula vai criar uma **política nacional de valorização e qualificação docente**, que dê início a uma profunda ressignificação da carreira e das estruturas de formação inicial e continuada dos professores, além de garantir o Piso Salarial Nacional e instituir diretrizes que permitam uma maior permanência dos profissionais nas unidades educacionais. Será reforçada e renovada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e retomado o projeto Universidade em Rede dos Professores, assegurando o acesso direto dos professores e professoras concursados nas vagas disponíveis e ociosas na rede de Universidades e Institutos Federais de Educação Superior.

Será implementada a **Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente** para subsidiar Estados, DF e Municípios na realização de concursos públicos para a contratação de professores para a educação básica. A prova será realizada anualmente, de forma descentralizada em todo o país, para o ingresso dos candidatos na carreira docente das redes públicas de educação básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados. Além disso, haverá forte investimento na formação de gestores escolares e na qualificação da gestão pedagógica. Será dada especial atenção à formação dos servidores escolares, por meio de novas ações e da retomada e ampliação do ProFuncionário.

Lula retomará os investimentos na **educação do campo, indígena e quilombola**, desenvolvendo políticas voltadas à formação de professores, construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar.

Lula instituirá o **Programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas**, com a implementação de políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas. Como contraponto ao Escola Sem Partido, Lula propõe a **Escola com Ciência e Cultura**, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural. As ações de educação para as relações étnico-raciais e as **políticas afirmativas e de valorização da diversidade** serão fortalecidas; serão massificadas políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica.

Lula vai voltar a investir no **ensino superior e ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação**. **Universidades e Institutos Federais serão fortalecidos, interiorizados e expandidos com qualidade e financiamento permanente**. Serão recompostos os orçamentos das universidades e institutos federais, e o **Programa Nacional de Assistência Estudantil** será fortalecido.

O Presidente Lula tem comprovado compromisso com todas as etapas e modalidades de educação. **O governo federal, porém, dará atenção especial ao ensino médio**. De responsabilidade prioritária dos Estados e do Distrito Federal, o ensino médio vive uma grande crise: de cada 100 jovens que ingressam na escola, apenas 59 concluem o ensino médio; 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola; somente 5,6% das matrículas no ensino médio são em tempo integral; cerca de 11 milhões de jovens estão sem estudar e sem trabalhar; somente 22,6% das escolas de ensino médio têm infraestrutura considerada adequada.

Por tudo isso, o governo **Lula priorizará o Ensino Médio**. O futuro presidente vai **revogar a reforma**

**do ensino médio implantada pelo governo golpista**, que estabeleceu que uma parcela importante da grade curricular seja ofertada na modalidade de ensino à distância. O novo governo Lula irá elaborar um novo marco legal em diálogo com a comunidade educacional, organizações estudantis e toda sociedade. O governo vai promover a **reformulação curricular** por meio da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, construída em diálogo com a sociedade. A nova base garantirá aos estudantes educação integral, por meio de projetos pedagógicos que, a exemplo dos Institutos Federais, permitam o acesso ao estudo do português e da matemática, aos fundamentos das ciências, da filosofia, da sociologia e das artes, à educação física, à tecnologia, à pesquisa, em integração e articulação com a formação técnica e profissional.

No âmbito do Sistema Nacional de Educação, **Lula vai apoiar os Estados e o DF** na ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade do ensino, com especial atenção ao ensino noturno. Será apoiada e induzida a expansão de novos modelos de ensino médio em tempo integral, ampliando a carga horária e tornando as ciências, a tecnologia, as humanidades e as artes uma experiência escolar mais atrativa.

Outra importante medida será a **aproximação do Sistema S da juventude** por meio de uma mudança em sua governança e concepção. O ensino técnico e profissionalizante será articulado com o ensino propedêutico, assegurando a possibilidade de acesso à educação universitária para todos os jovens que desejarem. O objetivo é direcionar 70% dos recursos destinados à gratuidade, oriundos das Contribuições Sociais arrecadadas pela União para manutenção do SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR, à ampliação da oferta de ensino médio de qualidade.

Além disso, haverá uma **forte participação da União na oferta do Ensino Médio**. A repactuação federativa para o ensino médio será implementada, entre outras, pelas seguintes ações:

- a) Maior integração entre a Rede Federal de Educação e a educação básica;
- b) **Ampliação de vagas, fortalecimento dos campi e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, de modo a propiciar maior acesso e mais oportunidades às juventudes, sobretudo aos jovens que vivem em regiões mais vulneráveis e com maiores índices de violência.
- c) **Convênio com os Estados e o DF para que o governo federal se responsabilize por escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade**, e que terá as seguintes características:
  - O convênio será firmado, progressivamente, a partir da colaboração a ser estabelecida no âmbito das instâncias de articulação interfederativa, no âmbito do Sistema Nacional de Educação;
  - As escolas atendidas pelo convênio devem estar situadas nas áreas com mais alta vulnerabilidade social, elevados índices de violência (sobretudo contra a juventude negra) e baixo rendimento escolar (IDEB baixo);
  - As escolas serão acompanhadas e apoiadas pelo Instituto Federal de Educação mais próximo;
  - Plano de gestão e o projeto pedagógico escolar será construído a partir da integração, reconhecimento de saberes e cooperação mútua entre a gestão federal e os educadores das escolas;
  - O governo federal ficará responsável pela reforma e ampliação das escolas, implantação de internet de alta velocidade, laboratório, biblioteca e equipamentos desportivos e culturais;
  - O governo federal ofertará bolsa para que os educadores permaneçam nas escolas;
  - As escolas serão abertas para as respectivas comunidades e serão polos de cultura, esporte e lazer.

Ademais, no âmbito do Ensino Médio Federal, Lula vai criar um **programa de permanência para os jovens** em situação de pobreza, de sorte a combater evasão e melhorar o rendimento escolar.

Com a reformulação completa do ensino médio, Lula pretende induzir o surgimento de escolas vivas,

dinâmicas, que dialoguem com as reivindicações, sonhos e necessidades da juventude. Queremos que todo jovem brasileiro conclua o ensino médio na idade certa e tenha oportunidade de ingressar no ensino superior.

## 3.2 SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O Sistema Único de Saúde (SUS), inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende a toda população brasileira. **A coligação PT/PCdoB/PROS reafirma o compromisso de defender o SUS e continuar a luta pela implantação total do SUS**, como direito social de todo o povo brasileiro e dever do Estado, que passa pelas seguintes diretrizes: aumento imediato e progressivo do financiamento da saúde; valorização dos trabalhadores da saúde; investimento no complexo econômico-industrial da saúde; articulação federativa entre municípios, Estados e União; e diálogo permanente com a sociedade civil sobre o direito à saúde.

O fracasso econômico do golpe (mais de 13 milhões de desempregados) e suas medidas antipopulares de austeridade fiscal já se fazem sentir dramaticamente na saúde, por exemplo, com aumento da mortalidade infantil, diminuição da cobertura vacinal e volta de doenças evitáveis. As reformas impostas e as ações de desmonte do SUS estão destruindo ou ameaçando gravemente políticas universalizantes e inclusivas que foram construídas nos últimos anos, como o Mais Médicos, as UPAs, o SAMU, a Farmácia Popular, a Saúde da Família, o Programa Nacional de Imunizações, entre outros.

A partir de uma concepção fortemente privatizante da saúde, **o governo golpista e seus aliados não apenas ataca o SUS**, como procura criar regras que prejudicam fortemente os usuários de planos privados de saúde, por exemplo, com aumentos abusivos de preços e exclusões de cobertura. A proposta de criação de “planos populares de saúde” afronta a universalidade e impõe redução de direitos. Não capturadas pelo poder econômico, a ANS e ANVISA são essenciais para reduzir os gastos dos trabalhadores, das famílias e dos empregadores com remédios, planos, médicos e hospitais.

**Lula vai reverter medidas do governo golpista que atacam o direito à saúde.**

O Brasil precisa enfrentar a queda proporcional das despesas federais de saúde em relação aos gastos públicos totais da área, assim como criar condições para ampliação do gasto federal em saúde em relação ao PIB. O país deve aumentar progressivamente o investimento público em saúde, de modo a atingir a meta de 6% em relação ao PIB. Novas regras fiscais, reforma tributária, retorno do Fundo Social do Pré-Sal, dentre outras medidas, contribuirão para a superação do subfinanciamento crônico da saúde pública.

O governo Lula fortalecerá a **regionalização dos serviços de saúde**, que deve se pautar pela gestão da saúde interfederativa, racionalizando recursos financeiros e compartilhando a responsabilidade com o cuidado em saúde. Além disso, serão exploradas ao máximo a potencialidade econômica e tecnológica do complexo industrial da saúde de forma a atender as necessidades e especificidades do setor saúde, reduzindo custos e aumentando a eficiência tecnológica, fomentando a produção de ciência e tecnologia e incrementando o mercado interno, considerando os interesses e a soberania nacionais.

O novo governo Lula **aprimorará a regulamentação das relações com o terceiro setor de saúde**, em particular com as organizações sociais, superando o paradigma da precarização e da terceirização da gestão. Ademais, regulará de forma mais transparente os planos privados de saúde, em favor de 22% da população que pagam por planos coletivos e individuais. Para Lula, a participação social representa uma estratégia fundamental de implantação e consolidação do SUS. **Serão fortalecidos os conselhos e conferências de saúde**, de forma que seu papel de formulação de políticas seja o orientador das políticas para o setor.

O governo vai atuar fortemente na área da **promoção da saúde**, com políticas regulatórias e tributárias (referentes ao tabaco, sal, gorduras, açúcares, agrotóxicos etc.), por meio de programas que incentivem a